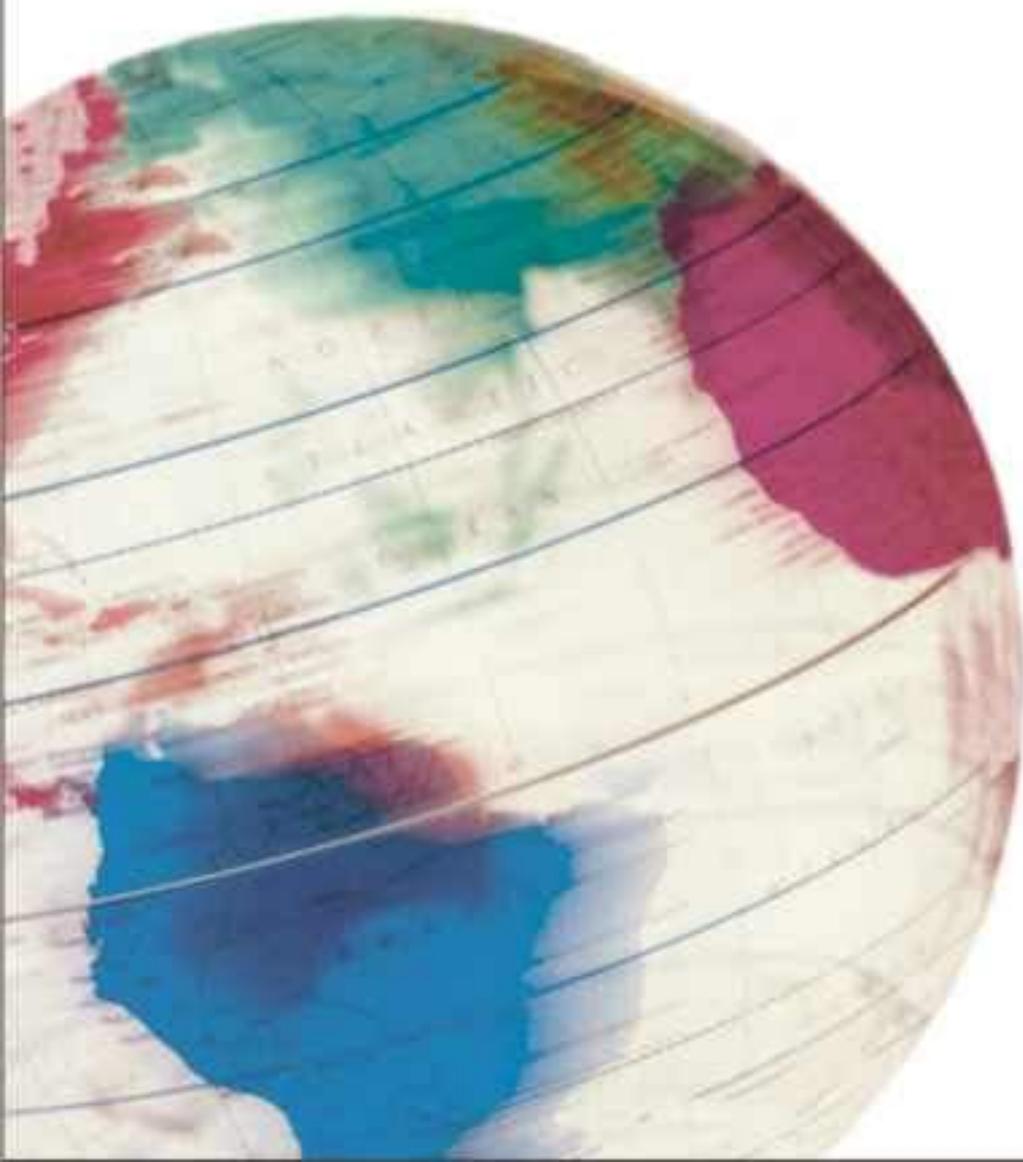


Revista da

FACED

Universidade Federal da Bahia



7

ISSN 1516-2907

Afinal, para quê Ensinar a Língua Escrita? A formação do cidadão letrado

RESUMO: O artigo apresenta discussão sobre alfabetização de jovens e adultos na perspectiva do letramento crítico, contrapondo-o à alfabetização tradicional, própria do letramento escolar, tomando-se como princípio a compreensão de que um ensino da modalidade escrita da língua prevista para jovens e adultos não escolarizados somente se justifica se o ensino lhes proporcionar um maior conhecimento de si e de seu papel social, entendendo a realidade que os cerca, permitindo-lhes agir sobre ela para transformá-la, constituindo-se em mais um fator de cidadania e inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: letramento, alfabetização e educação de jovens e adultos

Sylvia Bueno Terzi

Doutora em Linguística Aplicada
Professora Doutora do Instituto de
Estudos da Linguagem da Unicamp
terzi@iel.unicamp.br

No campo da Educação de Jovens e Adultos, o momento atual se caracteriza por uma intensificação da preocupação com o problema das altas taxas de analfabetismo, gerando, conseqüentemente, a intensificação de questionamentos e de busca de transformações. Questiona-se o valor da alfabetização sob várias perspectivas conforme os interlocutores envolvidos: como um fator imprescindível para o desenvolvimento econômico e tecnológico dos países emergentes, como um direito do cidadão, como um instrumento de inclusão social, como uma maneira de melhorar a imagem de um país perante a comunidade internacional ou de um governo perante os governados. Questiona-se a própria definição de alfabetização; afinal, o que é ser alfabetizado? Hoje, encontramos na literatura termos variados: alfabetização, analfabetismo funcional, letramento, iletrismo, entre outros. Questionam-se os métodos utilizados para alfabetizar. Questiona-se, como conseqüência, a formação do professor alfabetizador: que conhecimentos e habilidades ele deve possuir, se deve pertencer à comunidade dos alfabetizandos conhecendo, assim, sua cultura, seus valores e suas crenças.

Todos esses questionamentos estão sendo feitos por instituições internacionais, como é o caso da UNESCO, que elegeu a década de 2003-2012 como a Década da Alfabetização, como por órgãos governamentais da maioria dos países, até mesmo daqueles em que o problema do analfabetismo não é tão severo. Tem-se intensificado,

também, a colaboração entre países, como é o caso da implementação do Programa Alfabetização Solidária, promovida pela Agência Brasileira de Cooperação, em convênio com os governos de Timor Leste, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

Entretanto, todas as questões ora em discussão estão inter-relacionadas, pois é o objetivo dado à alfabetização de jovens e adultos que determinará as características do processo ensino-aprendizagem a ser desenvolvido e a formação necessária do professor.

Neste trabalho, discutiremos a questão da alfabetização na perspectiva do letramento crítico, contrapondo-a à alfabetização tradicional, própria do letramento escolar.

É nossa posição que o ensino da modalidade escrita da língua a jovens e adultos não escolarizados só se justifica se ele se constituir em mais um fator de cidadania e inclusão social. O domínio da escrita deverá propiciar ao aluno um conhecimento maior de si mesmo e de seu papel social, e um melhor entendimento da realidade que o cerca, permitindo-lhe sobre ela agir a fim de transformá-la. Para tal, todo trabalho deverá ter como foco o desenvolvimento de seu letramento crítico.

O Letramento Crítico

Embora apresentando algumas diferenças, os pesquisadores da área (Barton e Hamilton, 1998; Fehring e Green, 2001; Kleiman, 1995; Rojo, 1998; Soares, 1998; Terzi, 1999, 2001; Tfouni, 1995) têm, em comum, a visão de letramento como um fenômeno social, porém com um componente também individual. Como fenômeno social, ele é influenciado pelas condições socioeconômicas, políticas e religiosas locais, ao mesmo tempo que as influencia. Como fenômeno individual, ele sofre a influência das características pessoais e também as sociais, como veremos.

Consideramos como letramento crítico, a relação que indivíduos e comunidades estabelecem com a língua escrita. Essa relação inclui: relação de uso cultural da escrita; relação de conhecimento da escrita; relação de valorização da escrita, e relação com a escrita permeada por crenças e valores.

Relação de Uso Cultural da Escrita

O uso da escrita difere de comunidade a comunidade. Umhas comunidades utilizam-se mais da língua escrita que outras, da

mesma forma que, numa mesma comunidade, algumas pessoas usam mais a escrita que outras.

Vários fatores são responsáveis por essas diferenças: econômicos, políticos, socioculturais e mesmo históricos.

Nas cidades grandes, por exemplo, o apoio na língua escrita é uma condição de sobrevivência. Como as distâncias são grandes, as pessoas precisam de transporte para se locomoverem até o local de trabalho, tendo, para isso, que identificar o ônibus, seu roteiro, os locais de parada. As que se locomovem com veículo próprio têm que observar sinais de trânsito, avisos de ruas interditadas e placas de orientação. Também, para a localização de estabelecimentos comerciais, instituições de serviços públicos, igrejas e áreas de lazer, é necessário consultar mapas, ler placas de identificação de ruas, de lojas, de postos de saúde.

Da mesma forma, na procura de emprego, na comunicação no lugar de trabalho, na comunicação com órgãos públicos, a escrita está presente na oferta de vagas publicadas em jornais e em placas afixadas em frente às firmas contratantes, nos comunicados e avisos que circulam dentro das empresas, nos ofícios enviados à prefeitura para resolução de problemas ...

Essas necessidades de uso da escrita estão pouco presentes na maioria dos pequenos municípios brasileiros com população abaixo de vinte mil habitantes. Nesses, as curtas distâncias, a familiaridade entre os membros da comunidade e a relação entre governantes e população fazem com que muitos usos da escrita se tornem desnecessários. Não há necessidade de transporte, pois as pessoas caminham até o trabalho; não há necessidade de identificação de ruas, estabelecimentos comerciais, instituições públicas, igrejas, pois, os locais são conhecidos por todos; e os empregos, assim como a resolução de problemas, são solicitados oralmente aos governantes e/ou responsáveis, muitas vezes para que isso seja definido como um favor a ser retribuído em forma de votos nas eleições.

Além da diferença quantitativa, os tipos de usos da escrita também variam. Na cidade grande, há em geral mais escolas públicas e particulares que oferecem as mais diversas formações e, conseqüentemente, há mais livrarias, mais bibliotecas, mais bancas de jornais e revistas, o que facilita a circulação de uma grande variedade de textos. Embora esses bens não estejam, em geral, disponíveis à população mais pobre das periferias, há, sem dúvi-

da, uma exposição maior desta à escrita. Já em pequenos municípios, principalmente naqueles em que para os governantes a promoção da educação da comunidade não é relevante, seja devido à própria formação dos mesmos ou por questões políticas, poucos são os tipos de textos em circulação. Contribuem para isso, a não oferta de formação continuada para os professores, a não organização, em bibliotecas, dos livros recebidos pelas escolas, o não estímulo à venda de jornais e revistas e a não promoção de eventos culturais.

A diversidade quantitativa e qualitativa nos usos e funções da escrita vai contribuir para a formação de diferentes letramentos.

Relação de Conhecimento da Escrita

A relação do indivíduo com a escrita não se dá, entretanto, apenas pelo uso que ele dela faz. Se assim fosse, teríamos que considerar que todos os analfabetos, por ainda não serem capazes de utilizar a escrita, apresentam o mesmo grau de letramento. Porém, as pesquisas nos mostram grande diversidade no conhecimento que trazem da escrita e das funções que para ela vêem.

Devido à própria vivência, jovens e adultos não escolarizados já trazem um conhecimento da escrita. Mesmo aqueles que nunca tiveram oportunidade de ter nas mãos um jornal sabem que ele traz notícias. No outro extremo, temos o jardineiro analfabeto que diariamente leva, da casa em que trabalha, o jornal para que sua esposa o leia para ele, e que fala da dificuldade inicial que teve porque “não escrevem do jeito que a gente fala”, do prazer de saber o que se passa, e surpreende ao participar de discussões sobre o conflito no oriente médio, sobre o terrorismo nos Estados Unidos ou sobre as eleições no Brasil. Podemos dizer que se trata aqui de um analfabeto letrado.

Também vemos, no nordeste do país, jovens e adultos que ainda não lêem ou escrevem, mas que, pelo contato que têm com parentes que vivem em São Paulo, sabem que há jornais com oferta de empregos, que é necessário preencher uma ficha para concorrer a uma vaga e que os ônibus apresentam o trajeto que percorrem, embora não tenham tido contato direto com esses textos. Um caso interessante é o do coveiro que para enterrar os mortos nos finais de semana, quando o cartório está fechado, vai à casa da funcionária e exige dela um papel escrito que será substituído pelo Atestado de Óbito na segunda-feira. Embora ele acei-

te qualquer coisa escrita em uma folha de papel por não dominar a leitura, ele sabe que faz parte da prática social de enterrar os mortos, um papel escrito.

Esses exemplos mostram diferentes conhecimentos da escrita influenciando as relações com ela estabelecidas. É claro que essas relações se tornam mais amplas e profundas à medida que as pessoas vão se apropriando dos usos da escrita no cotidiano.

Relação de Valorização da Escrita

O letramento crítico do indivíduo abrange, também, o valor que ele atribui à escrita. Esse valor varia tanto entre escolarizados como entre não escolarizados. Vemos pessoas com nível superior de educação que não lêem jornais ou livros, que não consultam manuais antes de utilizar aparelhos, que não se apóiam no registro escrito para se lembrarem dos compromissos, que não lêem histórias infantis para os filhos, enfim que só usam a escrita nas ocasiões em que ela é estritamente necessária. Entre os não escolarizados há, também, diferentes níveis de valorização, apesar do menor contato com a escrita. Dados de pesquisa nos mostram essa diferença. Para algumas pessoas, a escrita só é importante para a assinatura de documentos, o que as apresentaria, pelo menos em público, como não analfabetas. Para outros, o domínio da escrita significa maiores oportunidades de obtenção de empregos e, conseqüentemente, de melhoria das condições financeiras. Já para outros, a escrita é fonte de realização pessoal através do acesso à informação, da reflexão e formação de opinião, e da participação no âmbito familiar e da comunidade. Porém, outros vão mais longe ainda vêem, na escrita, uma maneira de entender a sua realidade e nela interferir, inclusive no campo político.

Desta forma, a maneira como cada indivíduo valoriza a escrita, sabendo usá-la ou não, como mostram os exemplos, constitui também seu letramento.

Relação com a Escrita Permeada por Crenças e Valores

Há, ainda, uma relação com a escrita que é permeada por crenças e valores próprios do indivíduo ou da comunidade em que vive. Um caso exemplar é o de uma comunidade em que palavra dada e honra não se distinguem. Os membros dessa comunidade, embora tendo conhecimento de que um texto escrito – a escritura – é parte integrante da prática social de compra e venda

de um pedaço de terra, e de que sem ele a transação não se oficializa, rejeitam o documento por acreditarem que a palavra empenhada por ocasião da realização do negócio vale mais.

As relações com a escrita aqui descritas foram apresentadas separadamente unicamente para torná-las mais claras, porém elas se concretizam simultaneamente, caracterizando o letramento das pessoas.

Como vimos, o letramento tem um componente social marcado pelos usos e funções que a escrita tem numa determinada comunidade ou grupo social, e tem, também, uma componente individual, marcado pela maneira como cada membro da comunidade vê a escrita. Daí considerarmos a existência de múltiplos letramentos, e não de apenas um que caracterizaria cada comunidade.

Além disso, dentro da mesma comunidade, as pessoas assumem papéis diferentes que exigem domínios diferentes da escrita. Como professoras, temos que preparar aulas, ler textos da área profissional, preencher papéis, ler e escrever ofícios. Como donas de casa, temos que elaborar listas de compras, conferir e pagar contas. Como mães, temos que acompanhar as tarefas escolares dos filhos, a caderneta de vacinação, ler bulas de remédios, providenciar documentos, ler histórias infantis, discutir com as crianças as leituras que fazem. Como moradoras do bairro, temos que verificar contratos de serviços de segurança, solicitar serviços públicos, pagar impostos. Desta forma, a cada papel que assumimos temos necessidade de diferentes usos da escrita.

Entretanto, as situações de letramento não são estáticas, elas estão em constante transformação, pois, como dissemos anteriormente, por ser um fenômeno social, o letramento sofre a influência de fatores socioeconômicos e políticos próprios da comunidade ao mesmo tempo que os influencia. Uma decisão política de implantação de um programa de formação continuada dos professores, por exemplo, num pequeno município, colaborou para que um grande grupo deles fosse aprovado no vestibular do Curso Normal Superior, o que provocará o desenvolvimento do letramento desses docentes. Conseqüentemente, esse maior grau de letramento provocará mudanças no ensino público, onde esses professores atuam, ampliando o nível de letramento da comunidade. Como em geral o maior nível de letramento propicia o desenvolvimento da consciência crítica, é provável que, no futuro, a comunidade comece a interferir nas decisões políticas,

provocando mudanças. Por outro lado, com o diploma de curso superior, os professores terão salários maiores, o que poderá significar uma situação econômica melhor e mais chances de aperfeiçoamento profissional e satisfação pessoal. Temos, então, uma decisão política influenciando o letramento da comunidade e este, por sua vez, podendo influenciar a situação política e econômica.

Outro exemplo foi a implantação de um assentamento de sem-terras cuja liderança passou a exigir a leitura de textos politizantes. Isso tornou necessária a abertura de cursos de educação de jovens e adultos. O letramento desenvolvido nesses cursos possibilitou a leitura de textos sobre agricultura e ecologia, transformando as técnicas de plantio e chegando a uma maior produtividade. Temos novamente, uma decisão política influenciando o letramento e este, por sua vez, influenciando as condições políticas e econômicas.

Com esses movimentos, novas práticas de letramento, ou seja, práticas sociais que têm como parte integrante um texto escrito, passam a ser conhecidas e apropriadas. A prática de registro de terras, por exemplo, foi difundida com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) que exigia o comprovante de propriedade - a escritura. O Programa exigiu, também, o conhecimento das práticas de elaboração de projetos para a obtenção de verbas públicas, de elaboração de procurações a fim de que membros alfabetizados da família pudessem receber o dinheiro, e de controle registrado de gastos e de prestação de contas de verbas. Além da introdução dessas novas práticas nas comunidades, a necessidade de conhecê-las fez com muitos jovens e adultos voltassem a se matricular nos cursos de Educação de Jovens e Adultos.

Cabe lembrar aqui, que a maior relação com a escrita exigida pelas ações acima apresentadas tem conseqüências não apenas para o indivíduo diretamente atingido, mas para toda a comunidade, uma vez que elas são discutidas em todos os locais de convivência, fazendo com que, se não apropriadas, pelo menos se tornem conhecidas, ampliando o conhecimento dos usos e funções da escrita.

Esse contato maior com textos escritos influencia, também, o uso oral da língua. A discussão dos textos em sala, por si só, permite ao aluno a prática de organização de suas idéias de forma a expressá-las de maneira clara e objetiva. Além disso, ela permite o desenvolvimento do vocabulário e de formas adequadas de argumentação. A esse respeito, é interessante a fala de um agri-

cultor aluno que afirma ter tido, no início do curso, dificuldades para conversar com outros membros de sua comunidade sobre os assuntos discutidos em sala. Como estava habituado a falar apenas sobre a roça, a família e os negócios, não encontrava palavras para contar o que havia sido lido, dificuldade que foi desaparecendo com o transcorrer do curso. São também comuns os comentários sobre a percepção e a correção de “erros” de pronúncias que cometiam: figo por fígado, doise por dois, ...

Em suma, se acreditamos que a escola deve formar o cidadão letrado, temos que oferecer condições para que os alunos se apropriem da escrita, entendendo seu funcionamento nas práticas sociais e desenvolvendo habilidades de leitura e produção de textos. E para isto, cabe à escola propiciar a ampliação e o aprofundamento da relação que os alunos estabelecem com a língua escrita.

O Letramento na Sala de Aula

Como vimos, tanto os indivíduos escolarizados como os não escolarizados apresentam um grau de letramento. Para que o professor possa oferecer condições para o desenvolvimento desse letramento, é importante que ele o conheça: que práticas de letramento estão presentes na comunidade, que conhecimento os alunos trazem dessas práticas, como a escrita é valorizada, quais as necessidades mais prementes de uso da escrita. Essas e outras informações podem ser obtidas através de entrevistas com os próprios alunos, com seus familiares e com membros da comunidade. É a partir desse conhecimento que o professor decidirá quais práticas de letramento serão trabalhadas em sala e em que ordem deverão ser apresentadas.

É importante deixar claro aqui que os usos da escrita já existentes na comunidade assim como aqueles considerados pelos alunos como os mais necessários e de maior interesse devem constituir apenas o ponto de partida do trabalho, mas não o ponto de chegada. Limitando-se o trabalho às práticas utilitárias, estaríamos preparando o aluno para participar socialmente apenas de comunidades que apresentam características de letramento semelhantes a sua e que, portanto, ao mudar-se para um local em que outras práticas de letramento estão presentes, ele se sentiria novamente discriminado e incapacitado para atuar. Assim, nos-

so objetivo tem que ser o de ampliar ao máximo o letramento do aluno, de forma a que ele possa circular em qualquer sociedade.

O conhecimento prévio do letramento da comunidade e dos alunos e o planejamento adequado da progressão do trabalho são fundamentais, porém não suficientes. É a maneira como a escrita será trabalhada em sala de aula, maneira essa determinada pela nossa concepção de letramento, que permitirá o alcance do objetivo de formação do cidadão letrado.

É importante, neste momento, contrapormos o letramento crítico aqui proposto ao letramento oferecido pela escola pública em geral.

O letramento propiciado pela escola, comumente conhecido como letramento escolar, tem como característica principal a descontextualização, ou seja, o ensino de uma forma de escrita desvinculada da escrita que circula no cotidiano das pessoas. O texto escrito é tomado como um objeto lingüístico cujas características formais devem ser aprendidas, antes que sua função social seja discutida. A progressão predominante dá-se do ensino da palavra descontextualizada, para o ensino de frases descontextualizadas, passando ao ensino de pequenos textos, também descontextualizados, para, posteriormente, apresentar textos maiores, muitas vezes exemplares de textos do cotidiano, porém sem serem focalizados em suas funções sociais.

Assim, o período inicial de aprendizagem da língua escrita, conhecido como o período da alfabetização, é dedicado ao ensino do código, com ênfase no conhecimento do alfabeto, na decodificação de símbolos gráficos em som e na codificação de sons em símbolos gráficos, e no mecanismo de junção de letras em sílabas e palavras. Desta fase, o ensino evolui, aos poucos, para o trabalho com pequenas frases e, posteriormente, com pequenos textos não autênticos, ou seja, textos geralmente escritos especialmente para reforçar o domínio do código. Os textos autênticos, reproduzidos de jornais, revistas, livros e documentos. Geralmente começam a aparecer nos livros didáticos do segundo ciclo do ensino fundamental, mas como objeto lingüístico e não como objeto lingüístico e social.

Várias são as conseqüências negativas desse enfoque. O trabalho com palavras e frases isoladas impede que o aluno as entenda como partes constitutivas de um texto escrito usado pelos membros de uma sociedade letrada para atender a uma determinada

função. Esse trabalho constitui, para ele, apenas um exercício escolar e não um uso da linguagem. Já para o aluno que discutiu um texto lido pelo professor, que com os colegas produziu um outro texto, um comentário, uma opinião sobre o tema lido, e desta produção passa para a análise do código, vê palavras e frases como elementos textuais que, uma vez aprendidos, lhe possibilitará ler e escrever outros textos. Um exemplo disso ocorreu por ocasião de nossa visita a uma sala, quando um alfabetizando nos afirmou, entusiasticamente, já saber ler revistas e nos apontou, em uma delas, uma única palavra que conseguia reconhecer. Conhecer aquela palavra era, para ele, já ser capaz de ler uma pequena parte do texto que lhe havia trazido informações e indagações, uma pequena parte da revista. Como consequência desta visão da palavra, há, sem dúvida, uma motivação maior para a aprendizagem do código.

Com relação ao trabalho posterior com textos reproduzidos de jornais e de outras fontes nos livros didáticos, as atividades propostas para eles envolvem, em geral, compreensão de seu conteúdo explícito e alguma análise lingüística, mas em nenhum momento eles são apresentados como constitutivos de uma prática social. O texto jornalístico de opinião, por exemplo, não é apresentado como parte integrante de uma prática de buscar, no jornal, opiniões diferentes com relação a uma mesma questão, a fim de que o leitor forme ou reavalie sua própria opinião. Entretanto, o texto escrito não existe isoladamente. Ele é parte constitutiva de uma prática social. Uma escritura, por exemplo, só será uma escritura se fizer parte de uma prática de compra e venda de um imóvel, caso contrário será apenas um conjunto de sentenças numa folha de papel, organizadas de maneira semelhante a uma escritura. Sem a apresentação do texto em sua situação natural de uso, a escola está limitando a aprendizagem do aluno à habilidade de compreender o conteúdo do texto e produzir textos semelhantes seguindo as regras propostas pelo professor; conseqüentemente, ele não será capaz de fazer uso desses textos em seu cotidiano. Além disso, a exposição limitada porque tardia a textos autênticos impede o contato do aluno com a grande variedade de textos que representam as práticas sociais. Formam-se, assim, os analfabetos funcionais que constituem, hoje, a grande massa dos egressos de nossas escolas públicas.

Outra limitação da não apresentação do texto como parte de uma prática é a não percepção da relação função-forma. A for-

ma apresentada pelo texto é também determinada pela função que ele tem na prática social. A certidão de nascimento, por exemplo, traz uma série de características da criança porque sua função na prática de registrar o cidadão recém-nascido é identificá-lo. Já a notícia de jornal tem uma estrutura diferente por fazer parte da prática de se buscar informações sobre fatos relevantes ocorridos na ocasião. Assim, a notícia do desabamento de um prédio narrará como ele aconteceu, quando, onde, quais as possíveis causas, como está sendo o trabalho de procura de vítimas. Sem entender a situação de uso dos textos, o aluno tomará o exemplar apresentado no livro didático como único modelo.

O uso de textos apenas após o período da alfabetização também retarda a construção do conhecimento sobre as características da língua escrita. O trabalho com leitura e produção de textos, sendo o professor o leitor e o escriba dos alunos, simultaneamente ao trabalho com o código, propicia um maior desenvolvimento do letramento do aluno uma vez que ele, além de entender os usos e funções da escrita, passa a perceber que ela não é a reprodução da fala, mas que tem características próprias. Sabinson (1990) narra um episódio envolvendo sua filha aos cerca de três anos de idade: um adulto lia para a criança, mas no meio da atividade resolve interromper a leitura e continuar narrando a história. A reação da criança é imediata: "Você não sabe ler, quando aprender você lê pra mim". Essa reação é um exemplo claro de que a menina, acostumada desde muito cedo a ouvir histórias lidas pela mãe, já havia percebido que a língua escrita tem características próprias que a diferenciam da língua oral.

Há, ainda, duas outras conseqüências negativas do modelo atual de ensino: a desmotivação e a não formação do leitor.

Os jovens e adultos, ao virem ou voltarem para a escola, têm, devido a sua experiência de vida, bem claras suas expectativas de se tornarem aptos a usar a escrita num curto espaço de tempo. O trabalho prolongado apenas com a mecânica da escrita faz com muitos deles vejam seus objetivos como algo muito distante de ser alcançado, o que os desestimula provocando as altas taxas de evasão. O trabalho com práticas de letramento em sala de aula, ao contrário, os motiva para o domínio do código, pois este permitirá a eles a leitura e produção de textos de forma independente, sem a mediação do professor ou de elementos da comunidade, como ocorre quando precisam escrever ou ler cartas.

Além disso, o envolvimento dos alunos na audição e discussão de textos constitui ensino de leitura, prática rara em nossas escolas. As perguntas apresentadas a eles na condução da discussão nada mais são que as perguntas que o leitor proficiente faz ao autor durante a leitura. Essa participação nas práticas de letramento permite, também, que os alfabetizando sintam os diferentes efeitos que a leitura pode causar no leitor: prazer, ampliação do conhecimento, satisfação de uma curiosidade, reflexo, emoção, revolta... Dados de pesquisa nos mostram que, após cinco meses de aulas, eles já perceberam que a leitura, além de trazer informações sobre coisas, lugares e questões a que não teriam acesso de outra forma, provoca a reflexão, permitindo a formação de opinião própria e assim “deixando de andar pela cabeça dos outros”. Outro dado importante é que, com as informações obtidas através de textos que comentam assuntos da atualidade, eles se sentem seguros para participar de conversas com membros da família e da comunidade, o que já representa uma forma de inclusão social. Porém, o aspecto mais importante é que, à medida que sentem que os textos os afetam de forma positiva, passam a desejar e a solicitar mais leitura e é assim que se formam leitores. Discursos sobre a importância da leitura têm sido rotina nas escolas, nos meios de comunicação e na sociedade em geral, sem qualquer resultado positivo. É necessário que os alunos vivam a experiência de leitura e por ela sejam afetados favoravelmente para que desejem repetir a experiência. Daí ser a atuação do professor, no que diz respeito ao conhecimento da situação de letramento dos alunos, de seus interesses e necessidades, crucial pois, se por um lado a leitura agradável pode despertar o interesse do aluno pela atividade, por outro, a leitura desagradável pode despertar a aversão, como temos visto acontecer.

Considerações Finais

Se nosso objetivo é formar o cidadão letrado, aquele capaz de fazer uso da língua escrita para sua participação social, temos que mostrar-lhe os usos e funções da escrita no cotidiano, a fim de que ele os entenda e deles se aproprie, ao mesmo tempo em que o alfabetizamos. Desta forma, a alfabetização é um componente do letramento crítico, fazendo parte do mesmo processo, e não o desenvolvimento de uma habilidade individual que o

antecede e que tem um fim em si mesma. Para isso, toda apresentação de textos escritos deve, como vimos, partir das práticas sociais das quais eles são constitutivos para chegar depois à análise do código, e não caminhar no sentido oposto, como propõe o letramento escolar.

Vale lembrar aqui que os jovens e adultos não escolarizados que procuram a escola, o fazem após uma decisão difícil, pois, para isso, têm que assumir publicamente sua condição de analfabetos. É essa decisão difícil que impede muitos de voltar a estudar. Entretanto, os que voltam o fazem porque sentiram as dificuldades de viver sem saber ler e escrever, de ser analfabeto. Eles vêm à escola não apenas em busca de escolarização, mas porque querem participar da vida social como o fazem os alfabetizados. Cabe ao professor, então, oferecer-lhes condições de letramento e prepará-los para essa participação.

ABSTRACT: This article presents a debate about literacy of young and adult people from the perspective of critical literacy, opposing it to traditional and scholastic literacy, taking as a principle the comprehension that the only vindication of teaching written language to illiterate young and adult people, is to provide them a major knowledge of themselves and of their social role, understanding the surrounding reality, and affording them to act upon and change this reality, becoming an agent of citizenship and social inclusion.

KEY-WORDS: literacy - adult and young people education

Referências Bibliográficas

- BARTON, D. & HAMILTON, M. (1998) *Local Literacies*. London: Routledge.
- FEHRING, H. & GREEN, P. (eds.) (2001) *Critical Literacy*. Newark: International Reading Association.
- KLEIMAN, A. (1995). *Os significados do letramento*. Campinas, Mercado de Letras.
- ROJO, R. (1998) *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado de Letras.
- SABINSON, M.L.T.M. (1990) Para que serve a escrita quando você ainda não sabe ler/escrever? *Leitura, Teoria e Prática* no. 16
- SOARES, M. (1998) *Letramento em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.

TERZI, S. (1999). O letramento no Curso de Magistério e sua reprodução no Ensino Fundamental. *Revista de Educação* no. 2, vol. 2. Faculdade de Educação de Pirassununga.

TERZI, S. (2001). Para que ensinar a ler o jornal se não há jornal na comunidade?: O letramento simultâneo de jovens e adultos escolarizados e não escolarizados. In V. Masagão (org.) *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas: Aç`o Educativa/ALB/ Mercado de Letras.

TFOUNI, L.V. (1995) *Letramento e Alfabetização*. São Paulo: Cortez Editora.